

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Demonstrações Financeiras

**31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório dos Auditores Independentes**

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras.....1

Demonstrações financeiras intermediárias auditadas

Balanço patrimonial4
Demonstração do resultado5
Demonstração do resultado abrangente6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....7
Demonstração dos fluxos de caixa8
Notas explicativas às demonstrações financeiras9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Resíduo Zero Ambiental S.A.
Guapó – GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Resíduo Zero Ambiental S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de julho de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', is placed above the printed name of the signatory.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Balanço patrimonial

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
	Explicativa		
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.143	3.207
Contas a receber de clientes	11	6.806	4.948
Estoques		610	769
Impostos a recuperar	12	1.196	377
Outras contas a receber		87	71
Adiantamento a fornecedores		42	32
Total do ativo circulante		9.884	9.404
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Impostos a recuperar	12	-	8
Contas a receber de clientes	11	290	377
Depósitos judiciais		62	32
		352	417
Imobilizado	13	38.249	36.635
		38.249	36.635
Total do ativo não circulante		38.601	37.052
TOTAL DO ATIVO		48.485	46.456

	Nota	2024	2023
	Explicativa		
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	2.339	1.523
Mútuos a pagar a partes relacionadas	16	-	2.267
Empréstimos e financiamentos	15	3.197	3.512
Salários, benefícios e encargos sociais		746	481
Impostos, taxas e contribuições		825	763
Adiantamentos de clientes		54	7
Total do passivo circulante		7.161	8.553
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	14	-	7
Mútuos a pagar a partes relacionadas	16	7.141	5.379
Empréstimos e financiamentos	15	2.301	4.583
Impostos, taxas e contribuições		302	42
Provisões	17	750	1.143
Total do passivo não circulante		10.494	11.154
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	19	15.503	15.503
Reserva especial de ágio		17.956	17.956
Prejuízos acumulados		(2.629)	(6.710)
Total do patrimônio líquido		30.830	26.749
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		48.485	46.456

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resíduo Zero Ambiental S.A.**Demonstração do resultado**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	20	27.763	19.647
Custo dos serviços prestados	21	(19.159)	(15.547)
Lucro bruto		8.604	4.100
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	22	(201)	129
Despesas administrativas	23	(939)	(448)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	153	(137)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(987)	(456)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		7.617	3.644
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	272	134
Despesas financeiras	25	(2.549)	(2.306)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(2.277)	(2.172)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		5.340	1.472
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18	(1.259)	(113)
Lucro líquido do exercício		4.081	1.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resíduo Zero Ambiental S.A.
Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.081	1.359
Total do resultado abrangente da Companhia	4.081	1.359

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva especial de ágios	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	15.503	17.956	(8.069)	25.390
Lucro líquido do exercício	-	-	1.359	1.359
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	15.503	17.956	(6.710)	26.749
Lucro líquido do exercício	-	-	4.081	4.081
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	15.503	17.956	(2.629)	30.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resíduo Zero Ambiental S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		4.081	1.359
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações	13	1.598	1.250
Baixa de imobilizado	13	9	2
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos	15	835	504
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	16	1.095	1.115
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	17	(342)	108
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chorume	17	(68)	107
Provisão para crédito liquidação duvidosa		145	(706)
Provisão para contingências		17	(25)
Provisão de imposto de renda e contribuição social		1.259	113
Aumento / Redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	11	(1.913)	(757)
Partes relacionadas	16	(3)	-
Impostos a recuperar	12	(811)	(296)
Estoques		159	(350)
Outras contas a receber		(16)	(13)
Adiantamento a fornecedores		(10)	(32)
Depósitos judiciais		(30)	(12)
Aumento / Redução nos passivos operacionais			
Fornecedores	14	667	(287)
Partes relacionadas	16	142	(111)
Salários benefícios e encargos sociais		265	9
Impostos taxas e contribuições		336	470
Impostos de renda e contribuição social		(794)	(77)
Adiantamento de clientes		47	7
Caixa proveniente das operações		6.668	2.378
Pagamento de imposto sobre o lucro		(479)	-
Mútuos passivos - juros pagos		(100)	(115)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos		(1.376)	(981)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.713	1.282
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	13	(3.221)	(3.277)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.221)	(3.277)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Mútuos passivos – captação	16	-	3.885
Mútuos passivos – pagamento de principal	16	(1.500)	(2.367)
Empréstimos e financiamentos – captação	15	-	5.000
Empréstimos e financiamentos – pagamento de principal	15	(2.056)	(1.646)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.556)	4.872
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.064)	2.877
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10	3.207	330
No final do exercício	10	1.143	3.207
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(2.064)	2.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Resíduo Zero Ambiental Ltda. ("Companhia" ou "RZA") foi constituída em agosto de 2008 com sua sede social na Rodovia GO 219, S/N, KM 12, Fazenda Serrinha, Zona Rural no Município de Guapó no Estado de Goiás, CEP 75.350-00, tendo como objeto social a gestão de resíduos, inclusive perigosos; estudos, projetos e prestação de serviços de gestão ambiental, saneamento e preservação; coleta; transporte rodoviário de resíduos industriais e urbanos; operações e construções de aterros sanitários e industriais; entre outros, com atuação limitada em determinados municípios do Estado de Goiás.

Operação no Aterro de Guapó

O Aterro de Guapó, teve início das suas operações em junho de 2018, com as receitas concentradas no Aterro Sanitário, adicionalmente foram implantados o Aterro Industrial para o recebimento de resíduos Classe I e em 2020 foi concluída a ETE - Estação de Tratamento e Efluente e a transferência da Unidade de Resíduos de Serviço de Saúde então em funcionamento na cidade de Aparecida de Goiânia para Guapó, culminando com a centralização de todas as tecnologias em um único site.

Quanto à receita realizada pela Companhia, trata-se dos serviços de tratamento de resíduos e de serviços de saúde e destinação de resíduos sólidos urbanos classe II, e os respectivos custos referem-se aos gastos necessários para a execução dos serviços supracitados e àqueles existentes nas atividades operacionais do Aterro de Guapó, como condicionantes ambientais, portaria, custos para operação do Aterro Classe II, etc.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia. Desta forma, a administração avalia que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de julho de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas afeitas à aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes - apuração de crédito de perda esperadas para registro de provisão sobre contas a receber.
- Nota explicativa nº 13 - Imobilizado - Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação.
- Nota explicativa nº 13 - Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nota explicativa nº 17 - Reconhecimento e mensuração de provisões de fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para transporte e tratamento de chorume e provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na preparação das demonstrações financeiras que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionadas acima no item (a).

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, conforme aplicável.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

São reconhecidas as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

São revisados regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos que se aproximam aos saldos contábeis;

As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo;

As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis;

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, representam seus valores justos;

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes;

Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e Caixa Econômica Federal ("CEF") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos financiamentos;

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

- a. Instrumentos financeiros
- b. Receita de contrato com cliente
- c. Receitas financeiras e despesas financeiras
- d. Imposto de renda e contribuição social
- e. Estoques
- f. Redução ao valor recuperável (impairment)
- g. Ativo Imobilizado
- h. Benefícios a empregados
- i. Provisões

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VRJ	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 em suas demonstrações financeiras.

vi) Capital social Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b) Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços.

Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

i) Receita de serviços prestados – Resíduos

- Destinação final de resíduos - Aterro Sanitário, Aterro Industrial e Coleta, transporte, tratamento de resíduos de serviços de saúde.

As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento dos resíduos recebidos, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho “Destinação final de resíduos”. Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados.

c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos e descontos obtidos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, despesas bancárias, descontos concedidos e custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se atendidos critérios previstos em lei.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço.

f) Redução ao valor recuperável (Impairment)

j) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g) Ativo imobilizado

iii) Reconhecimentos e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

iv) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

v) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão definidas na nota explicativa nº 12. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

vi) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro

Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir:

- As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de passivos já contabilizados.

7 Novas normas e interpretações

7.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações à IAS 7 — Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 — Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores

As alterações à IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações têm como objetivo melhorar a transparência das informações financeiras, com foco na divulgação mais detalhada dos acordos de financiamento de fornecedores. Esses ajustes visam proporcionar maior clareza sobre as transações nas quais os fornecedores oferecem crédito, mas com características específicas que impactam a liquidez e os pagamentos da entidade.

A IAS 7, que regula a apresentação dos fluxos de caixa, sofreu uma modificação importante no que diz respeito aos acordos de financiamento de fornecedores. As alterações exigem que as entidades divulguem mais informações sobre a natureza dos fluxos de caixa relacionados a tais acordos, especialmente quando houver uma diferença significativa entre a data de pagamento e o momento da entrega de bens ou serviços. Esse ajuste busca aumentar a transparência sobre os fluxos de caixa operacionais e financeiros, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras compreendam melhor a posição de liquidez da entidade.

Por sua vez, o IFRS 7 foi ajustado para exigir informações adicionais sobre os termos e condições dos acordos de financiamento de fornecedores. As entidades agora devem divulgar detalhes sobre o impacto desses acordos nas obrigações financeiras e nos fluxos de caixa futuros. Esses acordos podem influenciar substancialmente o perfil de risco financeiro da entidade, especialmente no que se refere ao prazo de pagamento e às taxas de juros envolvidas. As modificações ao IFRS 7 visam garantir que as divulgações financeiras sejam mais detalhadas, permitindo aos investidores e demais stakeholders uma compreensão mais precisa do impacto desses acordos na exposição ao risco da entidade.

As alterações também incluem disposições de transição específicas para o primeiro período de aplicação anual, isentando as entidades de divulgar informações comparativas para períodos anteriores ao início da adoção dessas modificações, bem como de fornecer as informações exigidas pela IAS 7:44H(b)(ii)-(iii) no início do período de adoção.

Estas alterações não trazem impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações financiamento junto a fornecedores.

Alterações à IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, no que se refere à classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, têm como objetivo aprimorar a clareza e consistência das práticas contábeis, promovendo maior transparência na apresentação das obrigações financeiras. Essas mudanças visam evitar ambiguidades e garantir que as entidades classifiquem suas obrigações de forma precisa, com ênfase na liquidez e solvência.

De acordo com a IAS 1, a classificação dos passivos deve ser realizada com base na expectativa de

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidação dentro de um período de 12 meses após a data de encerramento do período de reporte. Esta classificação é crucial para a avaliação da posição financeira da entidade, especialmente no que se refere à sua capacidade de cumprir obrigações de curto e longo prazo.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

A Companhia adotou as alterações à IAS 1, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

Alterações à IAS 1 — Apresentação das Demonstrações Financeiras — Passivo Não Circulante com Covenants

As alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras tratam da classificação de passivos não circulantes que contêm cláusulas contratuais (covenants), as quais podem afetar a capacidade da entidade de cumprir suas obrigações financeiras, impactando especialmente a liquidez e solvência. O objetivo dessas modificações é melhorar a transparência das demonstrações financeiras, proporcionando uma visão mais clara sobre como os covenants podem influenciar a classificação dos passivos como circulantes ou não circulantes.

As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir no ou antes do final do período de relatório afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório, que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório).

O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.

A Companhia avaliou e essas alterações não trazem impactos em suas demonstrações financeiras.

Alteração à IFRS 16 — Arrendamentos — Passivo de Arrendamento em uma Transação de “Sale and Leaseback”

A recente alteração à IFRS 16 – Arrendamentos, relacionada ao Passivo de Arrendamento em transações de **“Sale and Leaseback”**, foi emitida para esclarecer a contabilização do passivo de arrendamento em situações em que um ativo é vendido, mas continua sendo arrendado pela empresa vendedora após a venda.

As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de **“sale and leaseback”** que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um **“leaseback”** que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

Como parte das alterações, o IASB alterou o Exemplo Ilustrativo da IFRS 16 e acrescentou um novo exemplo para ilustrar a mensuração subsequente do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em uma transação de **“sale and leaseback”** com pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Os exemplos ilustrativos também esclarecem que o passivo resultante de uma transação de **“sale and leaseback”** que se qualifica como venda na aplicação da IFRS 15 é um passivo de arrendamento. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de **“sale and leaseback”** celebradas após a data da aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.

Estas alterações não trazem impactos à Companhia para o exercício de 2024, uma vez que não possui operações de **sales leaseback** no referido período. Assim, estas modificações à IFRS 16 não são aplicáveis à Companhia no presente exercício.

7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Conversibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à conversibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial.

Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na conversibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a conversibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado.

Principais alterações incluem:

- Definição de falta de conversibilidade: A falta de conversibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial.
- Exceção ao método de câmbio padrão: Em caso de falta de conversibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de conversibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente.
- Mensuração e Apresentação: A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas.
- Impacto nas Demonstrações Financeiras: Quando houver falta de conversibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem garantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras.
- Exigências de Divulgação: A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas.

As alterações à IAS 21 terão efeito para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2025. Entretanto, a Companhia entende que a adoção destas alterações não trarão impactos materiais.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduz novas exigências para:

- Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado;
- Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e
- Melhorarias nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados.

É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre:

- Os valores reapresentados ao aplicar a IFRS 18; e
- Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26).

A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos.

O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte.

A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório:

- For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária);
- Não tiver responsabilidade pública, e
- Sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso:

- Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou
- Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros).

Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas.

A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Conversibilidade não se aplicarão.

A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2024, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027.

8 Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Diretoria da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. O cenário I é considerado pela administração da Companhia com o mais provável, considerando a manutenção dos saldos e os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição patrimonial	I - Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2024	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	1.143		35	69	(35)	(69)
Empréstimos, financiamentos (nota 15)	5.498	CDI e TJLP	167	334	(167)	(334)
			202	403	(202)	(403)

Exposição patrimonial	Exposição em R\$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2023	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	3.207		93	187	(93)	(187)
Empréstimos, financiamentos (nota 15)	8.095	CDI e TJLP	236	472	(236)	(472)
			329	659	(329)	(659)

iii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.143	3.207
Contas a receber de clientes	11	7.096	5.325
Outras contas a receber		87	71
		8.326	8.603

Em 31 de dezembro de 2024	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	1.143	-	-	-	-	-	-	-	1.143
Contas a receber de clientes	3.781	971	449	-	763	855	484	(207)	7.096
Outras contas a receber	87	-	-	-	-	-	-	-	87
	5.011	971	449	-	763	855	484	(207)	8.326

Em 31 de dezembro de 2023	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	3.207	-	-	-	-	-	-	-	3.207
Contas a receber de clientes	2.772	1.103	360	335	131	124	584	(84)	5.325
Outras contas a receber	71	-	-	-	-	-	-	-	71
	6.050	1.103	360	335	131	124	584	(84)	8.603

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

iv) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	3.735	2.462	-	-	6.197	5.498
Fornecedores e outras contas a pagar	2.339	-	-	-	2.339	2.339
Mútuos a pagar a partes relacionadas	-	7.141	-	-	7.141	7.141
	6074	9.603	-	-	15.677	14.978

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	3.601	5.464	-	-	9.065	8.095
Fornecedores e outras contas a pagar	1.523	7	-	-	1.530	1.530
Mútuos a pagar a partes relacionadas	2.267	5.379	-	-	7.646	7.646
	7.391	10.850	-	-	18.241	17.271

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas quotas ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulante e não circulante, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	5.498	8.095
Fornecedores e outras contas a pagar	2.339	1.530
Total Endividamento	7.837	9.625
(-) Caixa e caixa equivalente	(1.143)	(3.207)
(=) Endividamento líquido (a)	6.694	6.418
Patrimônio líquido	30.830	26.749
Capital social e endividamento líquido (b)	37.524	33.167
Quociente de alavancagem (a ÷ b)	18%	19%

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2024		2023	
	Hierarquia do valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.143	1.143	3.207	3.207
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	7.096	7.096	5.325	5.325
Outras contas a receber	Custo amortizado	87	87	71	71
Total		8.326	8.326	8.603	8.603
Passivos financeiros:					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	2.339	2.339	1.530	1.530
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	7.141	7.141	7.646	7.646
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	5.498	6.197	8.095	7.361
Total		14.978	15.677	17.271	16.537

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis;
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quotado fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis.
- Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.
- O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com condições negociadas entre as partes.

- Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegara um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

ii) Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto o caixa.

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos como segue:

	2024	2023
Caixa e bancos	178	6
Certificado de depósito bancário (CDB)	965	3.201
	1.143	3.207

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 97,92% em 31 de dezembro de 2024 (73,66% em 31 de dezembro de 2023), do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a receber de clientes

São compostos como segue:

	Nota explicativa	2024	2023
Clientes públicos:			
Valores faturados		2.693	1.354
Medições a faturar		2.162	1.957
		4.855	3.311
Clientes privados:			
Valores faturados		2.050	1.373
Medições a faturar		395	725
		2.445	2.098
Perdas de crédito esperada		(207)	(84)
Partes relacionadas	16	3	-
Total		7.096	5.325
Circulante		6.806	4.948
Não circulante		290	377

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitada ao valor das contas a receber de clientes mencionadas acima.

O aging list das contas a receber de clientes é composto como segue:

	2024	2023
Valores a vencer	3.781	2.772
Vencidos:		
Até 30 dias	971	1.103
Entre 31 e 60 dias	449	360
Entre 61 e 90 dias	-	335
Entre 91 e 180 dias	763	131
Entre 181 e 360 dias	855	124
Acima de 360 dias	484	584
PECLD	(207)	(84)
	7.096	5.325

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada com segue:

	2024	2023
Saldo inicial	(84)	(790)
Provisão do exercício	(301)	-
Reversão do exercício	156	706
Perda efetiva	22	-
Saldo final	(207)	(84)

12 Impostos a recuperar

	2024	2023
Pis e Cofins	62	47
IRPJ	659	269
CSLL	8	21
ICMS	463	-
Outros impostos	4	48
	1.196	385
Circulante	1.196	377
Não circulante	-	8

13 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2024 Custo	2024 Depreciação	2024 Líquido	2023 Líquido
Aterro e infra em aterros	(*)	37.499	(3.708)	33.791	31.765
Terrenos, edificações e construção civil	5%	119	(8)	111	116
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	806	(127)	679	759
Máquinas e equipamentos	10%	2.722	(1.534)	1.188	1.285
Móveis e utensílios	10%	134	(65)	69	66
Equipamentos de informática	20%	106	(69)	37	23
Veículos e equipamentos	20%	519	(286)	233	334
Imobilizado em andamento		2.141	-	2.141	2.287
		44.046	(5.797)	38.249	36.635

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizadas de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mutações do imobilizado de 2024 e 2023 estão demonstradas conforme a seguir:

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	34.351	-	-	3.148	37.499
Terrenos, edificações e construção civil	119	-	-	-	119
Benfeitorias em bens de terceiros	806	-	-	-	806
Máquinas e equipamentos	2.565	176	(19)	-	2.722
Móveis e utensílios	121	9	(5)	9	134
Equipamentos de informática	82	25	(1)	-	106
Veículos e equipamentos	519	-	-	-	519
Imobilizado em andamento	2.287	3.011	-	(3.157)	2.141
	40.850	3.221	(25)	-	44.046
Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros:	(2.586)	(1.122)	-	-	(3.708)
Terrenos, edificações e construção civil	(3)	(5)	-	-	(8)
Benfeitorias em bens de terceiros	(47)	(80)	-	-	(127)
Máquinas e equipamentos	(1.280)	(266)	12	-	(1.534)
Móveis e utensílios	(55)	(13)	3	-	(65)
Equipamentos de informática	(59)	(11)	1	-	(69)
Veículos e equipamentos	(185)	(101)	-	-	(286)
	(4.215)	(1.598)	16	-	(5.797)
Total	36.635	1.623	(9)	-	38.249

Custo	Saldo em 31/12/2022	Adição	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros	33.683	108	-	560	34.351
Terrenos, edificações e construção civil	37	75	-	7	119
Benfeitorias em bens de terceiros	-	528	-	278	806
Máquinas e equipamentos	2.596	130	(1)	(160)	2.565
Móveis e utensílios	115	6	-	-	121
Equipamentos de informática	92	3	(13)	-	82
Veículos e equipamentos	219	140	-	160	519
Imobilizado em andamento	845	2.287	-	(845)	2.287
	37.587	3.277	(14)	-	40.850
Depreciação	Saldo em 31/12/2022	Depreciação	(-) Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Aterro e infra em aterros:	(1.718)	(868)	-	-	(2.586)
Terrenos, edificações e construção civil	-	(3)	-	-	(3)
Benfeitorias em bens de terceiros	-	(47)	-	-	(47)
Máquinas e equipamentos	(1.093)	(260)	-	73	(1.280)
Móveis e utensílios	(44)	(11)	-	-	(55)
Equipamentos de informática	(58)	(13)	12	-	(59)
Veículos e equipamentos	(64)	(48)	-	(73)	(185)
	(2.977)	(1.250)	12	-	(4.215)
Total	34.610	2.027	(2)	-	36.635

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2024 e 2023, a administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

14 Fornecedores

O saldo é composto como segue:

	2024	2023
Fornecedores	2.164	1.497
Partes relacionadas – nota 16	175	33
	2.339	1.530
Circulante	2.339	1.523
Não circulante	-	7

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, observar nota explicativa nº8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como seguem:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2024	2023
Financiamento de projetos	IPCA 3,92 a.a. CDI + 3,95 % a.a.	Mai/25 a Out/26	5.498	8.095
			5.498	8.095
Circulante			3.197	3.512
Não circulante			2.301	4.583

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2024
Financiamento de projetos	8.095	-	835	(1.376)	(2.056)	5.498
	8.095	-	835	(1.376)	(2.056)	5.498

	Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros	Pagamento Juros	Pagamento Principal	Saldo em 31/12/2023
Financiamento de projetos	5.218	5.000	504	(981)	(1.646)	8.095
	5.218	5.000	504	(981)	(1.646)	8.095

Os montantes da parcela não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento.

Vencimento	2024	2023
2025	-	4.583
2026	2.301	-
	2.301	4.583

O contrato firmado com a BNDES não possui obrigações relacionadas a cumprimento de índices financeiros (covenants).

16 Partes relacionadas

Os saldos a pagar, e as respectivas naturezas das transações e entidades incluídas nas demonstrações financeiras individuais são demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Saldo de contas a pagar		Receitas (despesa)	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Solvi Essencis Ambiental S.A.	-	-	36	32	(110)	(335)
Emergenciall Emergencias Ambientais Ltda	-	-	103	-	(103)	-
GRI - Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	1	-	-	-	1	-
GRI Koleta Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A.	2	-	-	1	1	-
Revita Engenharia S.A.	-	-	36	-	(90)	-
	3	-	175	33	(203)	(335)
Mútuos						
Eco Participações Ltda.	-	-	2.853	3.056	(438)	(377)
Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	-	-	4.288	4.590	(657)	(738)
	-	-	7.141	7.646	(1.095)	(1.115)
Total	3	-	7.316	7.679		
Circulante	3	-	175	2.300		
Não circulante	-	-	7.141	5.379		

Os saldos a pagar entre partes relacionadas não possuem garantias.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras transações com partes relacionadas

As contas a pagar de partes relacionadas registradas no passivo circulante referem-se, substancialmente, à serviços tomados operacional e serviços compartilhados, administrativo e financeiro às respectivas partes relacionadas.

Movimentação de mútuos no passivo:

Saldo em 01 de janeiro de 2023	5.128
Captação	3.885
Juros	1.115
Pagamento de juros	(115)
Pagamento do principal	(2.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.646
Saldo em 01 de janeiro de 2024	7.646
Juros	982
Pagamento de juros	(100)
Pagamento do principal	(1.500)
Encargos	113
Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.141

Os contratos de mútuos vigentes estão atrelados a uma taxa de juros de 100% do CDI + 3,5 a.a. com vencimento final em 31 de dezembro de 2026.

17 Provisões

O saldo é composto como segue:

	2024	2023
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	25	8
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	347	689
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	378	446
	750	1.143

a) Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal

A Companhia é parte em processos judiciais em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões considerando os prognósticos feitos por seus assessores legais com probabilidade de perda provável. Os saldos finais e as respectivas movimentações estão demonstrados a seguir:

	Trabalhista
Saldo em 31/12/2022	33
Adições	(25)
Saldo em 31/12/2023	8
Adições	25
Reversões	(8)
Saldo em 31/12/2024	25

Passivos contingentes possíveis

A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão finaldesfavorável na maior parte dos processos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, além das demandas provisionadas devido à estimativa de perdas prováveis, e correspondente a outros processos movidos contra a Companhia não temos a ocorrência com processos de prognósticos estimados de perda possível.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros

A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento.

Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais.

De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o site está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um site ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente.

O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta.

Os cálculos da provisão de pós-fechamento são compostos por vários gastos futuros, podendo-se destacar:

- O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável) uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes;
- Manutenção da infra-estrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado, etc.);
- Demolição de instalações utilizadas enquanto o site estava em operação e que não são mais necessárias;
- Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado;
- Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro;
- Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque etc.);
- Custos de tratamento de percolado; e
- Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado.

A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por site (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do site e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual).

A Companhia reconheceu provisões para cobrir os prováveis gastos de fechamento e pós- fechamento dos aterros sanitários conforme demonstrado abaixo. O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,76% ao ano (11,83% ao ano 2023). A taxa de juros de desconto inclui as melhores estimativas da Administração para a taxa de juros de longo prazo no Brasil.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo inicial	689	581
Constituição de provisão	117	108
Reversão / realização da provisão	(459)	-
Saldo final	347	689

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Provisão de recuperação operacional do sistema aterro

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no aterro em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A provisão é revertida de acordo com sua realização e desembolso de caixa.

Abaixo demonstramos a movimentação da provisão no ano de 2024 e 2023:

	2024	2023
Saldo inicial	446	339
Constituição de provisão	318	584
Reversão da provisão	(386)	(477)
Saldo final	378	446

18 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação para a despesa com imposto de renda e contribuição social, tendo como base suas taxas estatutárias e o valor efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

	2024	2023
Lucro antes dos impostos	5.340	1.472
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(1.816)	(500)
Incentivos	63	3
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Não constituição de diferido - Ausência de expectativa de realização	503	480
Brindes / multas indedutíveis	(1)	(3)
Bônus / doações / patrocínios	(26)	(24)
Ajuste de inventário	(30)	-
Perda por inadimplência	(7)	(155)
Outras Diferenças Permanentes	55	86
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.259)	(113)
Corrente	(1.259)	(113)
Alíquota efetiva	23,58%	7,68%

A Companhia acumulou prejuízos fiscais no valor de R\$3.739 em 31 de dezembro de 2024 (R\$5.436 em 31 de dezembro de 2023), e o valor de R\$217 das diferenças temporárias, pelos quais não foi reconhecido um ativo tributário diferido e que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros da Companhia. Os tributos diferidos serão constituídos quando houver evidência objetiva que serão realizados com lucros tributáveis futuros.

19 Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está representado por 2.651.539 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo um total de R\$15.503 em 2024 e 2023 registrados na rubrica "Capital Social".

b) Reserva especial de ágio

Conforme AGE em 25 de novembro de 2015, a controladora Viasolo incorporou ao patrimônio da Companhia o montante de R\$18.000, sendo R\$44 integralizado ao capital social mediante emissão de 1.050.000 novas ações ordinárias, e o restante no montante de R\$17.956 destinado à constituição de conta de reserva de ágio, na forma do artigo 182 §1º. da lei nº 6.404/76.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais líquidas são compostos como segue:

	2024	2023
Receita de resíduos	32.238	22.640
Outros serviços	132	134
Total receita bruta	32.370	22.774
<i>Deduções sobre as vendas:</i>		
ISS	(1.613)	(1.032)
PIS	(534)	(374)
COFINS	(2.460)	(1.721)
Total de deduções sobre vendas	(4.607)	(3.127)
Receita líquida	27.763	19.647

21 Custo dos serviços prestados

São compostos como segue:

	2024	2023
Salários e encargos	(4.550)	(3.334)
Aluguel	(5.123)	(2.270)
Depreciações	(1.598)	(1.250)
Materiais aplicados nos serviços	(3.506)	(3.424)
Serviços de terceiros (a)	(4.349)	(4.997)
Créditos fiscais	1.041	1.060
Energia elétrica	(354)	(217)
Fechamento de aterro	342	(107)
Outros custos de produção	(1.062)	(1.008)
(19.159)	(15.547)	

(a) Refere-se substancialmente a custos com transportes de resíduos, análises e assessoria com testes técnicos.

22 Despesas comerciais

São compostos como segue:

	2024	2023
Provisão/(reversão) para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa	(123)	706
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(22)	(457)
Patrocínios, brindes e doações	(41)	(78)
Propaganda e publicidade	(14)	(42)
Outros	(1)	-
(201)	129	

23 Despesas administrativas

São compostos como segue:

	2024	2023
Materiais	(254)	-
Serviços de Terceiros (a)	(207)	(110)
Despesas serviços compartilhados	(444)	(337)
Outros	(34)	(1)
(939)	(448)	

(a) Refere-se substancialmente a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas.

Resíduo Zero Ambiental S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24 Outras receitas (despesas) operacionais

São compostos como segue:

	2024	2023
Outras receitas (despesas) eventuais	280	(80)
Resultado venda de imobilizado	(8)	(2)
Provisões para contingenciais	(17)	25
Despesas com contingenciais	(29)	(65)
Patrocínio e doações	(39)	-
Pis e Cofins sobre outras receitas	(34)	(15)
	153	(137)

25 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

São compostos como segue:

	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	210	59
Correção de depósitos judiciais	4	-
Juros recebidos e descontos obtidos	43	73
Outras receitas financeiras	15	2
Total receitas financeiras	272	134
Variação monetária passiva	(10)	(5)
Despesas bancárias	(197)	(212)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(1.095)	(1.115)
Despesas com multas e moras financeiras	(12)	(23)
Tributos sobre movimentações financeiras	(400)	(447)
Juros sobre empréstimos e financiamento	(835)	(504)
Total despesas financeiras	(2.549)	(2.306)
Total	(2.277)	(2.172)

26 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Nos contratos sob período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme prazos previstos: seguro de danos materiais para danos relativos à propriedade, que cobre todos os bens que integram a concessão e seguro de responsabilidade civil, cobrindo a concessionária e o Poder Concedente pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à concessão.

As apólices contratadas pela Companhia oferecem as coberturas de riscos patrimoniais e de responsabilidade civil. A cobertura de seguro da Companhia é composta por:

	2024	2023
Seguro patrimonial	6.386	5.626
Responsabilidade civil geral	10.000	10.000
Responsabilidade civil ambiental	30.000	30.000
	46.386	45.626